

A HISTORIADORA SANDRA JATAHY PESAVENTO: USOS, TENSÕES E SOLIDARIEDADES DE GÊNERO¹

THE HISTORIAN SANDRA JATAHY PESAVENTO: USES, TENSIONS AND GENDER SOLIDARITIES

Joana Maria Pedro²

RESUMO

A História das Mulheres tem focalizado historiadoras que enfrentaram desafios maiores e diferentes dos vividos por historiadores. Dentro da perspectiva desta abordagem, pretendo mostrar a trajetória da historiadora Sandra Jatahy Pesavento, que, possivelmente, enfrentou preconceitos de gênero e de etnia, sem, entretanto, se identificar como feminista ou como especialista em História das Mulheres. Utilizo textos que discutem a História das Mulheres e as relações de gênero, além de jornais, sites e entrevistas para compor a trajetória da historiadora. Constatei que, mesmo sem identificações com o feminismo, a historiadora publicou trabalhos que davam visibilidade às mulheres e foi solidária com muitas pessoas.

Palavras-chave: História das Mulheres. Sandra Jatahy Pesavento. Relações de gênero. Feminismo.

ABSTRACT

The history of women has focused on women historians who have faced greater and different challenges than male historians. From this perspective, I present the trajectory of historian Sandra Jatahy Pesavento who may have faced gender and ethnic prejudice even though she did not identify as a feminist or a specialist in women's history. I use texts that discuss the history of women and gender relations, as well as newspapers, sites and interviews to compose Pesavento's trajectory as a historian. I found that, even without identifying with feminism, her publications gave visibility to women and expressed solidarity with many people.

Keywords: Women's History. Sandra Jatahy Pesavento. Gender relations. Feminism.

1 Este texto foi apresentado como conferência de encerramento no evento: IV Jornadas Sandra Jatahy Pesavento, no dia 8 de junho de 2019, às 17:30, no Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Agradeço a Aimerê Araken Machado pela revisão da redação deste texto, e a Jair Zandoná pela revisão final e adequação às normas da ABNT. Agradeço a Luciana Gransotto pelo fornecimento de inúmeras informações, textos, artigos de jornal e material de pesquisa.

2 Doutora em História Social pela USP 1992, Professora da UFSC do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – joanamaria.pedro@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Sandra Jatahy Pesavento nunca foi identificada como especialista em História das Mulheres, mas redigiu textos dentro desta temática. Teve que enfrentar jogos de poder e, muitas vezes, utilizou-os para alcançar seus objetivos. Sandra nunca se identificou como feminista, mas, em vários momentos, portou-se como tal, colaborando com a ascensão de outras mulheres. Neste artigo, vou focalizar historiadoras, relações de gênero, trajetória profissional e solidariedades através de oito subtítulos: 1. As historiadoras e a História das Mulheres; 2. Como as historiadoras são lembradas?; 3. Mulheres como historiadoras profissionais; 4. A vida familiar das historiadoras e as relações de gênero; 5. Problemas de gênero; 6. Usos do gênero; 7. Atuação na ANPUH; 8. Solidariedades de gênero.

1 As historiadoras e a História das Mulheres

A trajetória profissional e de vida de Sandra Jatahy Pesavento merece um lugar na História das Mulheres, e, em especial, na História das Historiadoras. A História das Mulheres, em sua longa trajetória, focalizou, inicialmente, as consideradas “grandes mulheres”, em geral as rainhas, princesas ou mulheres santificadas. Foi a emergência do feminismo chamado de “Segunda Onda” (HEMMINGS, 2009; PEDRO, 2011), que passou a dar um novo percurso para esta abordagem, ampliando seus objetos, perspectivas e fontes. Em 1981, no livro *Une histoire des femmes est-elle possible?*, Michelle Perrot, coordenadora da obra, lembrava que, ao descobrir que a História teria há tanto tempo sido escrita no masculino, os estudos feministas estavam se propondo a explorar a história do ponto de vista das mulheres. Mas ela alertava que, para ser possível uma História das Mulheres, seria necessário levar em conta as relações “de sexo” (PERROT, 1984). Ou seja, perceber como se dava a divisão de trabalhos, funções, qualidades, poderes entre homens e mulheres. Além disso, é preciso acrescentar que uma História das Mulheres só passou a ser considerada quando a própria crítica historiográfica questionou a existência da “História Geral”, ou da “História da Civilização”, como uma unidade. Todas passaram a ser entendidas como sendo “uma” história.

O crescimento da História das Mulheres rendeu inúmeras pesquisas, abordando os mais variados assuntos, e se tornou um grande sucesso editorial, como foi o caso da História das Mulheres no Ocidente, coordenado por Duby e Perrot (1993), traduzido para inúmeros idiomas, servindo como inspiração para muitas outras obras semelhantes. Como exemplo é possível encontrar História das Mulheres da Argentina, do Brasil, das Mulheres na Europa etc. (AGUIRRE, 2008; BARRANCOS, 2007; LOZANO; PITA; INI, 2000; PINSKY; PEDRO, 2012; PRIORE; BASSANEZI, 1997; SIMONTON, 2006; MORANT, 2006). Foi também comum a busca da história de mulhe-

res artistas, cientistas, enfim, uma tentativa de dar visibilidade à existência dessas mulheres. Buscava-se mostrar que não eram somente os homens que criavam arte, faziam pesquisa e escreviam história. Foi dentro desta questão que, em novembro de 2011, as Professoras Janine Gomes da Silva, Cristina Scheibe Wolff e eu recebemos um convite da historiadora francesa Françoise Thébaud e da Maison D'Édition Des Femmes para escrever verbetes sobre historiadoras brasileiras. Estes verbetes iriam compor *Le dictionnaire universel des femmes créatrices*. Os nomes que nos solicitaram eram de historiadoras cujo nascimento tivesse ocorrido até o final dos anos trinta, podendo se estender até os anos quarenta do século XX. Estes nomes iriam se juntar aos 12.000 verbetes, somando 5.000 páginas do dicionário, contando 1.600 autoras de diferentes países. Além das historiadoras, o dicionário iria ter verbetes de “arte, geografia, exploração, história, política, economia, literatura, edição, ciências, tecnologia, ciências humanas e esportes.” (DIDIER; FOUQUE; CALLE-GRUBER, 2013, s./p., tradução nossa).³ Sabemos que outras pesquisadoras brasileiras receberam propostas idênticas para indicar antropólogas, artistas, economistas etc.

O objetivo do dicionário era dar visibilidade às mulheres “actrices de la création” (DIDIER; FOUQUE; CALLE-GRUBER, 2013, p. 17), algo como mulheres inovadoras. A obra recebeu apoio da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Na sua justificativa informam que:

Cada página deste livro é um convite a celebrar o melhor do espírito humano: a capacidade de inventar, de se renovar, de imaginar soluções inovadoras para a paz e o desenvolvimento. A engenhosidade humana não conhece limites. É necessário uma obra como esta, para fazer homenagem à diversidade das inovadoras, e saudar sua contribuição à civilização e à cultura mundial. (DIDIER; FOUQUE; CALLE-GRUBER, 2013, p. 17, tradução nossa)⁴.

Diz, ainda, que a publicação é um antídoto contra a visão da mulher como eterna vítima. O projeto editorial pretende, então, mostrar as conquistas destas mulheres que, tiveram que provar, muitas vezes, o seu valor, para marcar seu tempo e abrir novos caminhos.

3 No original em francês: “arts, géographies, exploration, histoire, politique, économie, littérature, édition, sciences & techniques, sciences humaines, sports”.

4 No original em francês: “Chaque Page de ce livre est une invitation à célébrer le meilleur de l'esprit humain: La capacité d'inventer, de se renouveler, d'imaginer des solutions innovantes pour la paix et le développement. L'ingéniosité humaine ne connaît pas de limites. Il fallait un ouvrage comme celui-ci pour rendre hommage à la diversité des créatrices, e saluer leur contribution à la civilisation et à la culture mondiale.”

Sabemos que a questão do dicionário é dar visibilidade. Esta foi uma reivindicação que data dos anos sessenta e setenta do século passado, na chamada “Segunda Onda do Feminismo”, quando a preocupação residia em trazer para o público a presença das mulheres, mostrar a diferença, não aceitar que a palavra “homem” fosse sinônimo de “seres humanos” ou de “humanidade”. Reivindicavam a categoria “mulher”. Queriam “resgatar a mulher”, falavam que era preciso investigar a “condição feminina”. O que as pessoas dos movimentos feministas dos anos 1970 estavam questionando era justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Assim, o que o movimento reivindicava, fazia-o em nome da “mulher”, e não do “homem”, mostrando que o “homem universal” não incluía as questões que eram específicas da “mulher” (PEDRO, 2005).

A História das Mulheres não buscou apenas mulheres famosas. Narrou, também, a vida e, especialmente, o cotidiano de mulheres comuns: lavadeiras, operárias, camponesas, trabalhadoras em geral. A historiadora Michelle Perrot, no livro *Os excluídos da história*, já falou desta busca por visibilidade na historiografia dos anos 1970 (PERROT, 1988).

Esta historiografia que focalizou as mulheres, a partir dos anos 1970, foi escrita, em grande parte, por mulheres. Estas fizeram-na dentro dos marcos do que se convencionou chamar de “história profissional”. É preciso lembrar disso, pois a historiadora Bonnie Smith, no livro *Gênero e História* (2003), alerta que as mulheres não começaram a escrever história nos anos 1970. Afirma que, até o início do século XIX, muitas mulheres e homens escreveram “romances históricos” e que a profissionalização da profissão de historiador, durante o século XIX, passou a desqualificá-las e chamá-las de “historiadoras amadoras”. Voltarei a esta questão, mais tarde.

Com estas ressalvas, quero retornar à questão da pesquisa com as historiadoras brasileiras, para a elaboração dos verbetes para o dicionário, do qual falei no início deste texto. Tínhamos que entregar em janeiro de 2012, e não foi fácil. As historiadoras nascidas antes dos anos 1930, reconhecidas nacionalmente, são poucas. Lembro que somente em 1934 foi criado, na USP – Universidade de São Paulo, o primeiro curso superior de História – ligado, inicialmente, à Geografia e desmembrado desta em 1950, que até então formava professores em História e Geografia para os ensinos primário e secundário (ROIZ, 2012).

Acionamos nossos contatos pelo Brasil afora e obtivemos vários nomes. Entretanto, ninguém tinha muitas informações sobre estas historiadoras. Fizemos, inicialmente, um projeto bem ambicioso; depois, constatamos que, até o final de janeiro de 2012, não seria possível obter informações razoavelmente confiáveis sobre cada uma delas. Por isso, acabamos por enviar, também, nomes de historiadoras que haviam nascido na década de 1940,

dentre elas Sandra Jatahy Pesavento. Os nomes que enviamos para o dicionário foram os seguintes:

BITTENCOURT, Adalzira de Albuquerque (Bragança Paulista, São Paulo, Brasil, 1904; Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 1976), professora, escritora, poeta, romancista, contista e ensaísta.

CANABRAVA, Alice Piffer (Araras, S.P., 1911 – São Paulo, S.P., 2003), historiadora.

COSTA, Emília Viotti da (São Paulo, 1928), historiadora.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva (São Paulo 21/04/1940) historiadora.

GOMES, Ângela de Castro (Itaperuna, RJ, Brésil, 1947) Historiadora.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira (Santos-São Paulo, 1926 – São Paulo, 2013) historiadora.

LINHARES, Maria Yedda Leite (Fortaleza, 1921 – Rio de Janeiro, 2011, Brasil) Historiadora.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (Rio de Janeiro, Brasil, 1924-2011) Historiadora.

MARTINS, Ismênia de Lima (Niterói, RJ, Brasil, 1942). Historiadora.

MATTOSO, Katia Mytilineou de Queirós (Vòlos, Grécia, 1932; Paris, França, 2011). Historiadora.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1946 – 2009). Historiadora.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. (Porto Alegre-RS, 1932). Historiadora.

SABINO, Inês (Salvador, Bahia, Brasil, 1853 – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 1911). Poeta, romancista, contista, memorialista e biógrafa.

SOIHET, Rachel (Salvador, Bahia, Brasil, 1938). Historiadora.

WESTPHALEN, Cecília Maria (Lapa, 1927 – Curitiba, 2004). Historiadora.

A pesquisa sobre mulheres historiadoras no Brasil tem merecido melhor atenção, ultimamente. Nestes verbetes enviados, muitos nomes de historiadoras ficaram de fora. Sabemos que há pesquisas focalizando historiadoras brasileiras. Liblik (2017) fez uma tese de doutorado em História, na qual trabalhou com dezenove historiadoras divididas em duas gerações: a primeira, de 1940 a 1970, e a segunda, de 1971 a 1990, levando em conta a época de entrada destas no curso de graduação em História.⁵ É bom lembrar que, no Brasil, somente em 1879 foi aprovada a autorização para mulheres

5 Sandra Jatahy Pesavento **não consta entre as historiadoras focalizadas nesta tese.**

cursarem o ensino superior.⁶ Outras autoras e autores têm focalizado a trajetória de vida de historiadoras, seja para fazer um balanço do percurso historiográfico de quem pesquisa história, seja para focalizar, especificamente, as historiadoras. É isso o que faz Tania Regina Zimmermann, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.⁷ De qualquer maneira, este é um campo de estudos ainda em formação, merecendo muita pesquisa.

Voltando ao verbete que fizemos para *Le dictionnaire universel des créatrices*, enviamos, como mostrei acima, o verbete de Sandra Jatahy Pesavento, pois ela nascera na década de quarenta e conhecíamos sua importância na historiografia e na formação de novas/os pesquisadoras/es. Para dar conta dividimos o trabalho e líamos textos contribuindo uma com a outra. Janine Gomes da Silva, nossa colega, foi a responsável pelo verbete de Sandra. A versão em português do verbete é a seguinte:

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1946; Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2009), historiadora.

Sandra Jatahy Pesavento faleceu em 2009 deixando uma vasta obra e é lembrada como uma referência especialmente no campo da História Cultural no Brasil. Graduiu-se em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1969), fez mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1978) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1987). Realizou pós-doutorados em Paris: na École des Hautes Études en Sciences Sociales (1990 e 1997), na Université Paris VII (1993) e na Université Paris IV (1996). Foi professora convidada de várias instituições estrangeiras e professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR). Atuava na área de História, com ênfase em História do Brasil, trabalhando com os seguintes temas: história cultural, história cultural urbana, imaginário e representações, história e literatura, patrimônio e memória. Foi pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenadora do Grupo de Trabalho em História Cultural da Associação Nacional de História (ANPUH).

Com intensa produção historiográfica, contribuiu com a

6 Tratava-se da lei Saraiva (BLAY; CONCEIÇÃO, 1991).

7 Tania Regina Zimmermann está entrevistando inúmeras historiadoras, buscando a delimitação de campos de pesquisa, na institucionalização de cursos de graduação e programas de pós-graduação na área e na renovação dos estudos históricos brasileiros, especialmente os do período republicano. Ver no Lattes ID Lattes: 2227609326004038.

formação de toda uma geração de pesquisadores; orientou muitas pesquisas, participou de inúmeros congressos, publicou artigos em diferentes periódicos, nacionais e internacionais, bem como, publicou capítulos em muitos livros. E, das suas 51 obras, individuais ou que organizou, destacam-se: *Os Sete Pecados da Capital* (Hucitec, 2008), *História e História Cultural* (Autêntica, 2003), *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX* (Editora Nacional, 2001), *Imaginário da cidade: representações do urbano (Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre)* (Editora da UFRGS, 1999), *Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX*. (HUCITEC, 1997), *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS 1889-1930)* (Mercado Aberto, 1988) e *Visões do Cárcere* (Zouk, 2009), sua última publicação (póstuma). Janine Gomes da Silva. (SILVA, 2013, p. 3419, tradução nossa).

2 Como as historiadoras são lembradas?

A trajetória de várias historiadoras tem sido objeto de pesquisa e de publicação na forma de artigos, teses, dissertações, livros e capítulos. Algumas dessas trajetórias são narradas num momento de autorreflexão da História, quando historiadoras/es repensam os objetos de pesquisa, as abordagens e os percursos das pessoas envolvidas. Há, também, narrativas que são construídas quando historiadoras são homenageadas como professoras eméritas; algumas têm suas entrevistas publicadas em revistas acadêmicas, e suas trajetórias são publicadas quando morrem. O Instituto Histórico e Geográfico tem por tradição, homenagear historiadores/as em geral, pesquisadores/as do passado e já falecidos/as. Uma forma de deixar registrada a trajetória de antigos/as sócios/as do Instituto.

O crescimento do feminismo, especialmente no século XXI, tem ampliado a presença de publicações sobre historiadoras. Talvez porque uma geração de mulheres envolvidas com o ensino e a pesquisa histórica esteja ocupando espaços de poder na academia, nas associações e ganhando destaque no campo historiográfico. Já existem vários trabalhos publicados: os livros *O historiador e seu tempo* (FERREIRA; BEZERRA; LUCA, 2008) e *Conversa com Historiadores Brasileiros* (MORAES; REGO, 2002), são exemplos.

É costumeiro ler relatos de “boas professoras” de história, especialmente nos obituários de jornais ou nos sites das universidades onde trabalharam. Sobre Sandra Pesavento, muitas pessoas já falaram sobre isso, especialmente suas ex-alunas e orientandas. Eu ainda acrescentaria, pois pude constatar, a desenvoltura como Sandra fazia uma conferência, como dava uma aula, como participava de uma banca. Ela sabia falar, sabia se expressar. Seu discurso era organizado, simples e de grande profundidade teórica, que transparecia nos textos escritos. Sempre foi considerada uma “boa professora”.

Esta **é**, certamente, a principal referência que se faz **às** historiadoras. Muitas foram professoras de séries iniciais, antes de darem aulas nas universidades. Aprenderam a falar para crianças e adolescentes e a lidar com a disciplina em sala de aula. Enfim, são muitas delas, consideradas “boas professoras”, mas, seriam memoráveis historiadoras? Ou apenas boas professoras de história? Eu acrescento: muitas têm sido consideradas como professoras maravilhosas – lembradas por muitas/os de suas/seus ex-alunas/os. Mas **é** só isso?! Uma das historiadoras que estava em nossa lista para os verbetes do dicionário francês, acima citado, morreu recentemente. Trata-se de Consuelo Pondé de Sena, nascida em 1934, em Salvador, que teve uma trajetória como professora universitária, historiadora e ter sido presidenta do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Foi considerada, também, uma “boa professora”.

É preciso frisar que as historiadoras que citamos até agora, enfim, que receberam homenagens, são consideradas brancas⁸, de classes médias urbanas e abastadas; muitas delas, originárias de famílias com posses que puderam dar-lhes formação de elite e erudição. Elas tiveram “capital cultural” (BOURDIEU, 1997). Em grande parte, são diferentes das novas historiadoras, formadas a partir dos anos setenta, quando os cursos de graduação em História se tornaram mais numerosos. A maioria das novas historiadoras era oriunda de camadas médias, e não mais da elite (LIBLIK, 2017).

E as historiadoras, além de “boas professoras”, trouxeram alguma contribuição específica para a historiografia? Margareth Rago, no capítulo “As mulheres na historiografia brasileira” (RAGO, 1995), descreve a trajetória de mulheres que se tornaram referência no campo da História das Mulheres. Muitas iniciaram as pesquisas com abordagens da História Social e passaram, depois, para a História Cultural. Neste texto, sem ser exaustiva, Margareth levanta vários nomes de historiadoras que se dedicaram à História das Mulheres, ou que tiveram personagens mulheres como alvo de estudos. Afirma que

[...] estes estudos estiveram voltados para fazer emergir um universo feminino próprio, diferente, mas não inferior, do mundo masculino e regido por outra lógica e racionalidade. Todas estas historiadoras revelam uma aguda percepção do feminino e trazem enorme contribuição para a desconstrução das imagens tradicionais das mulheres como passivas e incapazes de vida racional e de decisões de peso. (RAGO, 1995, p. 83).

8 Refiro-me à noção de branquitude e de colorismo, comum no Brasil, um país de forte miscigenação. Ver Schucman (2014).

3 Mulheres como historiadoras profissionais

A historiadora Smith (2003), no livro *Gênero e História*, lembra-nos, que várias mulheres, assim como vários homens, escreveram romances históricos. Utilizavam, com frequência, depoimentos orais, mesmo porque o acesso delas aos arquivos era proibido e, quando possível, eram constantemente vigiadas. Foram, como já disse, a partir do início do século XIX, classificadas como amadoras. O que isso queria dizer? “Amadoras” eram, então, historiadoras que, há muito tempo, escreviam usando diferentes tipos de fontes, muitas vezes conseguidas através de suas redes de relação. A noção de “amadorismo” em História foi associado à escrita destas mulheres e à superficialidade. Esta classificação como amadora foi construída com o desenvolvimento do “profissionalismo”, este associado aos ideais de masculinidade, constituído nos Liceus, arquivos e seminários. Nestes lugares, as mulheres não podiam entrar (SMITH, 2003, p. 147-153).

Convém lembrar que o conhecimento era privilégio de mulheres e homens de elite. Para as mulheres, por muito tempo, este era ministrado em casa, por professoras e professores contratadas/os especialmente para tal. Maria Yedda Leite Linhares, historiadora brasileira nascida em 1921 e falecida em 2011, por exemplo, não frequentou escola primária, teve professores em casa. A maioria das mulheres, entretanto, ficou fora deste conhecimento, e, mesmo sendo de elite, algumas foram proibidas de aprender a ler e escrever (MORAES; REGO, 2002, p. 74-75).

Para os meninos, o ambiente escolar tornou-se o lugar de formação da masculinidade. O historiador profissional nascia, assim, longe de casa, quando frequentavam internatos, no conflito entre meninos e com o professor, contra a feminilidade, uma vez que as meninas não frequentavam a escola. Era desta maneira que definiam o que era superior: eles e seus heróis, e o que era inferior: tudo mais, categoria na qual se incluíam as mulheres (SMITH, 2003, p. 73-78).

A constituição da História profissional e, portanto, do historiador, e não da amadora, no século XIX, foi constituída como masculinidade, dentro de arquivos e seminários. Lembro que mesmo quando mulheres passaram a entrar nas escolas de ensino superior – as universidades – muitas vezes acompanhadas de seus irmãos ou pais – eram proibidas de assistir a seminários. Estes, dizia-se, exigiam um conhecimento lógico que estava distante da capacidade das mulheres. Smith (2003) alerta-nos, ainda, que a palavra seminário tem origem no Latim – *sêmen* – portanto masculino.

Com isso, pretendo lembrar que escrever história não era considerado uma profissão para mulheres; daí, certamente, a dificuldade de encontrarmos mulheres como historiadoras profissionais no início do século XX. As mulheres, entretanto, continuaram a pesquisar fontes e a escrever história – principalmente como esposas de grandes historiadores.

Françoise Thébaud afirma que a historiografia francesa foi, por muito tempo, um ofício de homens. Estes escreveram uma história para homens, apresentada como universal. Era uma “história assexuada, que esquecia a diferença dos sexos e o masculino no homem” (THÉBAUD, 2009, p. 41). A Escola dos Annales, por exemplo, ela lembra, era uma “confraria masculina”, utilizando, muitas vezes, o trabalho gratuito de mulheres, em geral suas esposas, as quais eram encontradas como estudantes, nos bancos das faculdades (THÉBAUD, 2009, p. 34-35). Poucos historiadores fazem referência a esse trabalho gratuito, nos prólogos de seus livros⁹. Bernice Carroll, historiadora norte-americana, nos anos setenta, caracterizou a American Historical Association como “‘Sociedade de proteção de cavalheiros’, apoiando abertamente práticas de sexismo, racismo, classismo, heterossexismo, e anti-semitismo.” (CARROLL, 1994, p. 79).

Smith (2003) conta-nos que Jules Michelet casou-se com Athénais, mulher extremamente erudita. Este historiador afirmou, em muitos momentos, que sua esposa teria não só colaborado com a pesquisa, mas, também, escrito capítulos de seus livros. Claro que isto não ocorre apenas entre profissionais da História, sabemos, hoje, que Zélia Gatai datilografava e organizava a escrita de Jorge Amado, e mais, que era Simone de Beauvoir quem fazia os projetos de Sartre.

Esta discussão sobre a “ajuda” das esposas aos “grandes intelectuais” já foi alvo de discussão nos anos 1970, no feminismo de Segunda Onda. No periódico *Nós Mulheres*, de junho de 1976, na página 9, foi publicado um artigo intitulado “Procura-se uma Esposa”. Este texto mostrava a importância de ter uma esposa que criasse seus filhos e se encarregasse dos afazeres doméstico, fazendo com que sobrasse muito mais tempo para ela. O artigo conclui dizendo “Meu Deus, quem não gostaria de ter uma esposa?” (MELLO, 2010, p. 53-54). Afinal, é muito conveniente ter à disposição uma pessoa que faz o trabalho e não exige pagamento, nem autoria.

Apesar de todas as dificuldades e impedimentos, as mulheres foram se formando nos cursos de História e se tornando “historiadoras profissionais”. E, como lidavam com as questões de gênero? E os historiadores?

4 A vida familiar das historiadoras e as relações de gênero

O livro *Conversa com Historiadores Brasileiros* (MORAES; REGO, 2002), apresenta quinze entrevistas com pessoas que são reconhecidas como historiadoras; treze delas trabalharam no Sudeste do Brasil. Destas, apenas cinco são mulheres. Por que tão poucas? Lembro que, só recentemente, o campo

⁹ Uma exceção é o historiador Edward Palmer Thompson, que agradece à esposa pelo trabalho que realizou, e que lhe permitiu fazer o livro.

historiográfico tornou-se menos masculino. Não se criam “grandes historiadoras” em pouco tempo; é preciso ter muita paciência, dar muitas aulas, fazer muita pesquisa, desenvolver muito trabalho e não ser tão jovem. Por outro lado, os autores deste livro tiveram o cuidado de perguntar para homens e mulheres sobre sua vida privada, atitude rara e merecedora de elogios, mesmo atualmente. Embora as discussões do livro e as perguntas não focalizem a questão de gênero, as entrevistas publicadas permitem fazer esta análise. Mesmo que Sandra Jatahy Pesavento não seja uma das entrevistadas, pretendo relacionar esta análise com sua vida.

As historiadoras cujas entrevistas foram publicadas no livro são: Maria Yedda Linhares, Emilia Viotti da Costa, Maria Odila da Silva Dias, Angela de Castro Gomes e Laura de Mello e Souza. Todas atuaram no Sudeste do Brasil, embora nem todas tenham nascido aí, como Maria Yedda Linhares, que nasceu em Fortaleza, mas atuou como historiadora no Rio de Janeiro. Sempre é bom destacar a dificuldade que a historiografia fora do eixo Rio-São Paulo teve para se afirmar. Tudo que era produzido aí era considerado “História Regional”, de forma desqualificada, em relação ao que ocorria no Sudeste, este sim considerado “História do Brasil”. Sandra Pesavento teve seu trabalho, por muito tempo, considerado como “História Local”, como se a História do Rio Grande do Sul não fosse História do Brasil.

Observando sob o ponto de vista do gênero, podemos destacar algumas diferenças nas trajetórias de historiadores e de historiadoras: a) a vida familiar; b) os preconceitos de gênero; c) o cônjuge.

As cinco mulheres entrevistadas, espontaneamente falaram da família, das decisões que tomaram em função do casamento ou do nascimento das filhas. Esses acontecimentos, muitas vezes, interromperam suas carreiras, fizeram com que adiassem decisões de viagem ou de fazer pós-graduação. Emília Viotti da Costa, diz “Nos primeiros anos, lecionei, também, na Faculdade de Sorocaba. Nessa época, tinha uma filha pequena, e só pude me dedicar a tantas atividades porque morava com meus pais.” (MORAES; REGO, 2002, p. 72). Da mesma maneira, Ângela Maria de Castro Gomes, ao falar de seu doutorado no IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, afirma: “Fui da primeira turma, a de 1981. Mas durante o período do curso, tive minhas duas filhas, fato importantíssimo na vida de uma mulher. Portanto, tive que interromper duas vezes meus trabalhos.” (MORAES; REGO, 2002, p. 295). É isso, também, o que nos conta Laura de Mello e Souza:

Eu me casei muito cedo – com 19 anos – e tive minha primeira filha quando terminei o curso de graduação. Só entrei no mestrado quando ela já tinha mais de um ano. Daí, fiz a pós-graduação inteira, do mestrado ao doutorado, quase direto,

parando um pouco entre 1980 e 1982 porque tive minha segunda filha. (MORAES; REGO, 2002, p. 369).

Ou então ainda:

Fazer o doutorado não foi fácil para mim: naquele momento me separei, fiquei com duas filhas pequenas, casei de novo e ingressei na universidade como professora. Minha vida ficou muito atrapalhada, meus prazos começaram a ficar apertados e eu não conseguia montar o trabalho. (MORAES; REGO, 2002, p. 373).

Sandra Jatahy Pesavento teve dois filhos. E podemos notar o impacto que representaram na sua formação. Graduou-se com 23 anos, em 1969, teve o primeiro filho em 1972 e a filha em 1976. Ela, então, iniciou o mestrado em 1973, um ano após o nascimento do filho e levou cinco anos para terminar¹⁰. Durante o mestrado, sua filha nasceu, de maneira que somente dois anos depois, em 1978, aos 32 anos, ela concluiu o mestrado. Mesmo que a condição de classe tenha reduzido, para ela, através da presença de babás e empregadas, o peso que o nascimento dos filhos tem na carreira das mulheres em geral, assim mesmo, o tempo que levou para fazer o mestrado mostra o impacto dos filhos na sua carreira. Para realizar o doutorado, ela levou apenas quatro anos: iniciou em 1983 e concluiu quando tinha 41 anos, em 1987¹¹. Os filhos já mais crescidos e a condição de classe, certamente, facilitaram seu desempenho. Fez vários pós-doutorados: em 1990 na EHESS – École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris; entre outubro de 1992 a janeiro de 1993, na Paris VII – Jussieu; entre 01 de novembro de 1995 até 28 de fevereiro de 1996, na Paris IV/Sorbonne; de março de 1996 a fevereiro de 1997, no Centre de Cultures et Sociétés Urbaines/CNRS e EHESS.

No livro, já citado, *Conversa com Historiadores Brasileiros*, os homens entrevistados também falam de família e filhos, mas, para muitos, o casamento e, principalmente, o nascimento de filhos, significou ter que se estabilizar e manter-se num emprego, como é o caso de Boris Fausto. Ele explica porque não entrou no CEBRAP:

¹⁰ Os mestrados da época costumavam durar em média quatro anos. Sandra fez uma dissertação, na PUC – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com 500 páginas, intitulada *Charqueadas, frigoríficos e criadores: um estudo sobre a República Velha Gaúcha*. Essa dissertação se transformou em livro publicado pela Editora Movimento, em 1980, com 304 páginas (FREITAS, 2006, p. 15).

¹¹ Fez doutorado na USP – Universidade de São Paulo, entre 1983 e 1987 defendendo a tese: *Empresariado industrial, trabalho e Estado: contribuição a uma análise da burguesia industrial gaúcha (1889-1930)*. Este trabalho se transformou em dois livros: *Burguesia gaúcha – a dominação do capital e disciplina do trabalho* (1988) e *Os industriais da República* (1991).

Vou dizer com toda franqueza: eu já tinha passado por dois processos, o pessoal lá também tinha, mas eles estavam muito mais desvinculados das instituições, pois tinham sido aposentados compulsoriamente. Eu tinha conseguido sobreviver, tinha os filhos para criar junto com minha mulher, e tinha um emprego que conseguia manter a duras penas. (MORAES; REGO, 2002, p. 112).

Ele acrescenta que, ao ver as inúmeras aposentadorias compulsórias que ocorriam na USP, preferiu não se envolver e correr o risco de perder o emprego.¹²

José João Reis diz que teve, inicialmente, uma carreira totalmente voltada para a pesquisa, ele fazia vários “bicos” com trabalho de pesquisa – “naqueles anos, ao contrário de hoje, era possível fazer bico em pesquisa e pagar as contas. Meus principais bicos foram com pesquisa” (MORAES; REGO, 2002, p. 314). Foi, por muito tempo, assistente de pesquisa de Kátia Mattoso. Entretanto, quando nasceu seu filho Demian, teve que se estabilizar e ele mesmo diz: “virei historiador porque tinha de comprar o leite do filho.” (MORAES; REGO, 2002, p. 315). É interessante que os historiadores não se dão conta dos constrangimentos de gênero que viveram. Foram essas relações de gênero que exigiram que eles definissem uma estabilidade econômica, pois precisam prover recursos para sustentar a família.

A relação com o cônjuge também é relatada por ambos, historiadoras e historiadores: Maria Yedda Leite Linhares nasceu em Fortaleza e conta como a família de seu marido resistiu ao casamento dela, pois “não era comum a mulher casada trabalhar fora de casa. Ainda vigorava na sociedade, sobretudo nordestina, o papel da mulher para fins exclusivamente domésticos.” (MORAES; REGO, 2002, p. 28). Mas, de acordo com ela, o marido a ajudou:

José tornou-se o maior incentivador e principal apoio à minha vida profissional nesses anos todos. Nos casamos em 1947 e vivemos 38 anos juntos, até ele falecer em 1985. Foi meu amigo e colaborador, orgulhoso de tudo o que eu fazia, solidário em todos os sentidos (MORAES; REGO, 2002, p. 28).

Sandra Pesavento, também, em vários momentos fazia referências elogiosas ao marido Roberto Pesavento. Em entrevista, Freitas (2006), contou como o conheceu na Faculdade de Economia, quando foi participar de um seminário. Ela sempre falava do quanto ele se orgulhava da carreira dela

12 Com a ditadura de 1964, especialmente depois do AI-5, vários intelectuais foram perseguidos e professores da USP foram aposentados compulsoriamente.

e como a apoiava. Este tipo de depoimento não é muito comum entre as historiadoras. Estas, em geral, falam de separações e das dificuldades que encontraram e, até, de competições em relação à carreira. Alguns maridos sentem-se incomodados com a fama que a esposa vai adquirindo. A forma como o gênero é constituído na nossa sociedade exige que o destaque da família seja o marido e, quando isso não ocorre, costuma levar a conflitos.

Por sua vez, alguns dos historiadores entrevistados no livro já citado (MORAES; REGO, 2002), fazem menções elogiosas às suas esposas como apoiadoras de seus projetos: Edgar Carone, por exemplo, ao falar do período que morou numa fazenda em Bofete, São Paulo, em 1933, doada pelo seu pai, disse que achou que não conseguiria aí permanecer por sua vida ter sido sempre urbana. Entretanto, conseguiu ficar na fazenda por doze anos ininterruptos e atribui esta permanência no local à esposa. Ele então diz:

Minha mulher teve muita coragem de ir para lá. Eu me casei em 1949, minha mulher morreu há uns quatro anos. Minha mulher tinha uma capacidade de compreensão muito grande. O fato de ela ter morado na fazenda dez anos foi uma atitude nesse sentido (MORAES; REGO, 2002, p. 52).

Boris Fausto atribuiu a escolha de cursar a Faculdade de História ao fato de ter sido apoiado pela esposa:

Ah, depois de casado. Isso é curioso, devo o incentivo à minha mulher, porque eu sempre dizia: “Algum dia vou tomar uma atitude nessa direção”, mas eu não me movia. Foi ela quem disse: “Vai tentar fazer o que você quer, a gente se segura por aqui, se ajeita financeiramente” (MORAES; REGO, 2002, p. 96)

É importante destacar o quanto é comum que mulheres se disponham a economizar muito nas despesas familiares e a trabalhar, garantindo o sustento da família, para que seus maridos estudem, ou trabalhem em atividades mal remuneradas, como escrever, pintar, tocar um instrumento musical, cantar etc... Estas narrativas são comuns e bem aceitas. A expectativa é que, quando concluídos os estudos, ou quando seus maridos se tornem famosos e suas atividades se tornam rentáveis, elas possam deixar de trabalhar e possam voltar ao posto de esposas, mães e donas de casa. O inverso é bem incomum. Nas relações de gênero que temos vivido no ocidente, o trabalho das mulheres no sustento do lar é considerado como passageiro, devendo o retorno ao lar acontecer, num futuro próximo, mesmo que este futuro nunca chegue.

Não foi este o percurso de Sandra Pesavento. Seu marido, Roberto

Pesavento, era professor de Ciências Contábeis da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul e auditor fiscal do Estado do Rio Grande do Sul. Isso significa que o apoio foi, como ela sempre dizia, muito mais dele para ela do que o inverso.

5 Problemas de gênero

Nota-se, em vários depoimentos das historiadoras, a denúncia da discriminação de gênero. Claro que estas narrativas – embora se refiram ao passado – foram instruídas por conhecimentos do presente, quando o feminismo já havia denunciado as várias maneiras de práticas do preconceito. Maria Yedda Leite Linhares, por exemplo, conta que, ao fazer concurso para a Cátedra, em 1957, passou a enfrentar o ciúme dos colegas: “Foi um concurso muito importante, pois não era comum a mulher chegar ao posto de catedrática. Creio que fui, cronologicamente, a primeira na área científica.” (MORAES; REGO, 2002, p. 32). Emília Viotti da Costa ao falar das dificuldades vividas nas universidades norte-americanas, relata as dificuldades de enfrentar a “discriminação contra a mulher, que precisava ser melhor do que o homem para ser aceita como igual, e a discriminação contra latinos.” (MORAES; REGO, 2002, p. 77). Maria Odila Leite da Silva Dias, ao falar da nomeação como assistente de Sérgio Buarque de Holanda, aos 21 anos, diz: “A princípio, foi um prazer enorme e, logo, uma luta na Faculdade, pois os professores Eurípedes e França relutavam em aceitar as pessoas indicadas por ele¹³. Havia, também, certo machismo. Preferiam professores homens.” (MORAES; REGO, 2002, p. 188).

Entre os historiadores, nenhum relatou problemas de gênero. Poderiam, por exemplo, lembrar que o fato de serem homens garantiu-lhes privilégios costumeiramente negados às mulheres. Como se pode ver, a trajetória de historiadores e historiadoras não possui as mesmas barreiras nem as mesmas vantagens.

Teria Sandra Pesavento sofrido alguma discriminação de gênero em sua carreira? Muito difícil responder. Em nenhum texto ou entrevista, Sandra fez qualquer denúncia nesta direção. Ao falar de tensões vividas em sua carreira, atribuiu-as a outros problemas. Dizia serem disputas historiográficas. Terá feito uma boa leitura destas disputas?

Em relação à sua carreira, Sandra, em mais de uma ocasião, falou das tensões vividas dentro do Departamento de História da UFRGS. A mudança de abordagem historiográfica, realizada por Sandra Pesavento, caminhando da História Social, com abordagem marxista, para a História Cultural, trouxe-lhe inúmeros conflitos. Muitos colegas passaram a considerá-la como

13 Refere-se à indicação de Sérgio Buarque de Holanda.

traidora da causa. A disputa de abordagem, pelo que ela contava, dividiu o Departamento e, na época, colocou-a num lugar com poucos apoios. Mas havia outras questões: os contatos internacionais que conquistou, a forma como conseguiu autorização da sua universidade para fazer três pós-doutorados, sendo um deles com duração de dois anos – previsto nas instituições financiadoras, mas de difícil acesso para a maioria das/os professoras/es, trouxeram-lhe mais tensões. Lembro-me que, em vários momentos, Sandra fez referência aos problemas que tinha com colegas por fazer pós-doutorado de dois em dois anos: em 1990, 1992 e, ainda, entre 1995 e 1997. Estes pós-doutorados colocaram o Programa de Pós-graduação em História da UFRGS no circuito internacional. As publicações internacionais que estas atividades proporcionaram, no entanto, não pareciam suficientes. Em vários momentos, Sandra mostrou como era difícil ser uma intelectual no seu Departamento¹⁴. Suas queixas concentravam-se na forma como desqualificavam suas obras, definiam sua vida acadêmica sem consultá-la e desqualificavam, inclusive, as pessoas que ela havia orientado no mestrado e doutorado. O fato de supostamente viajar demais trouxe-lhe várias críticas. Ela falou disso em entrevistas; dizia que muitas vezes lhe perguntavam-lhe: afinal, onde morava? No Brasil ou na França? (RIBEIRO, 2002). As tensões que viveu no Departamento seriam, realmente, apenas uma disputa de abordagem historiográfica?

Gostaria de destacar outra questão: a forte aparência de origem indígena¹⁵ que Sandra tinha. Em uma entrevista publicada no ano 2000 ela reconheceu esta origem: “Eu, por exemplo, com essa cara que Deus me deu, sem dúvida não poderei ser identificada com nenhuma europeia, só falta uma pena e arco e flecha, porque tá na cara.” (PECHANSKY; TIMM, 2000, p. 99) e, em outro momento da entrevista, afirmou que o nome Jatahy era tupi-guarani e que seu avô teria vindo da “terra de Iracema”, ou seja, do Ceará e que ela era Tupinambá, da grande nação Tabajara (PECHANSKY; TIMM, 2000). Nesta entrevista, ela dizia que, apesar das características indígenas era, muitas vezes, considerada uma parisiense, pois as pessoas pediam-lhe informações na rua, como pediriam para alguém moradora do local. Em 2001, entretanto, quando eu estava fazendo pós-doutorado na França, ela narrou, indignada, que uma professora francesa (da qual ela não deu o nome) teria lhe perguntado: “Estes brincos que você usa, fazem parte de sua cultura?”¹⁶

14 Quero aqui fazer uma referência ao texto de Luciana Gransotto apresentado na disciplina: História Global e Estudos de Gênero: Feminismo e democracia, ministrada por mim no primeiro semestre de 2018. Texto intitulado: “Mulheres intelectuais”.

15 A mãe tinha sangue italiano, alemão e português; o pai, sangue português e indígena (FREITAS, 2006, p. 15).

16 Quero destacar que Sandra sempre usou brincos grandes. Em inúmeras fotos ela aparece com este acessório.

Ou seja, embora ela achasse que as pessoas a consideravam como parisiense, a pessoa que lhe falou a identificava como estrangeira e de origem indígena. Ainda, em entrevista de 2006, já citada, Sandra narrou um caso de discriminação sofrida num avião de uma companhia da África do Sul. Conta que somente seu marido – que tem pele clara e olhos azuis – recebeu refeições. Foi somente quando seu marido protestou, indicando que ela era sua esposa, que lhe serviram a comida (FREITAS, 2006, p. 15). Esta identificação indígena deve ter dificultado seus passos, que ela, mesmo assim, superou, pois construiu uma bela carreira internacional.

6 Usos do gênero

Como já disse, Sandra Pesavento não costumava relatar dificuldades em sua carreira motivada por questões de gênero. Entretanto, é possível identificar, em sua trajetória, o “uso do gênero”, ou seja, ela participou intensamente dos “jogos de gênero”. Esta categoria “jogos de gênero” ou de “usar o gênero” (CAPDEVILA, 2001; DUARTE, 2011) tem sido utilizada na historiografia para indicar o uso, pelas mulheres, das relações de gênero que desqualificam as mulheres, atribuindo a elas fragilidade, incapacidade intelectual, emoção exacerbada etc. e cobra, também, beleza e juventude. Ou seja, algumas mulheres, conscientemente ou não, utilizam-se destas relações para obter algum apoio nas disputas. Elas, então, performatizam uma feminilidade exigida pela cultura (BUTLER, 2003). Neste sentido, Sandra Pesavento soube usar o gênero: usou e abusou das noções de feminilidade. Além de ser casada, com dois filhos, o que a colocava confortavelmente no campo das mulheres respeitadas, era muito elegante, com roupas sempre bem cortadas, da melhor qualidade, dificilmente repetidas. Aparecia em público com maquiagem irrepreensível, cabelos sempre muito bem arrumados. Era uma mulher exuberante. Esta expressão de feminilidade, se não a ajudou, certamente em nada atrapalhou. Quando chegava aos espaços, era sempre muito olhada e fotografada. Podemos afirmar que, em vários momentos, Sandra usou as relações de gênero em seu benefício, performatizando uma feminilidade respeitável e elegante.

7 Atuação de Sandra na ANPUH – Associação Nacional de História

Sandra Pesavento teve importante atuação dentro da ANPUH – Associação Nacional de História¹⁷. Foi a primeira diretora da ANPUH-RS na gestão (1979-1983). Na gestão seguinte (1983-1985), permaneceu na diretoria da

17 Até 1993 a ANPUH intitulava-se – Associação Nacional de Professores Universitários de História.

ANPUH, fazendo parte da Comissão de Divulgação. Na ANPUH-Brasil, Sandra participou, duas vezes, do Conselho Consultivo: nas gestões de 1981-1983 e 1983-1985.¹⁸ Sua atuação principal foi na criação e direção do GT História Cultural.

Com o crescimento das universidades, dos programas de pós-graduação e, conseqüentemente, do público no SNH – Simpósio Nacional de História, vinha sendo solicitada à direção da Associação a possibilidade de criação de GTs – Grupos de Trabalho. A ANPUH, em assembleia durante o SNH de 1999, realizado em Florianópolis (tendo à frente da organização do evento a profa. Eunice Nodari e eu), resolveu normatizar a criação de GTs). Para tanto, esta organização exigia – e ainda exige – que: “Os GTs deverão, necessariamente, se organizar no interior de pelo menos 2 (duas) Sessões Estaduais e incluir pesquisadores de, no mínimo, 3 (três) instituições diferentes de ensino e pesquisa na área de História.”¹⁹

A partir de um grupo de colegas e de estudantes, simpatizantes da História Cultural, coordenados por Sandra Pesavento foi criado, durante a III Jornada de História Cultural, ocorrida na UFRGS, o GT de História Cultural da ANPUH/RS. Por ter abrangência nacional e por cumprir as exigências da Associação, teve aprovada a criação do GT História Cultural em 2001 na Assembleia do SNH daquele ano, evento ocorrido em Niterói. Na presidência do GT, ficou Sandra Jatáhy Pesavento, que permaneceu no cargo até sua morte, em 2009.²⁰

O GT de História Cultural, além de participar das várias edições do SNH, apresentando propostas de Simpósios Temáticos, minicursos, mesas-redondas e conferências, também criou eventos próprios a partir de 2002. Neste ano, entre 2 e 5 de setembro, foi organizado o I Simpósio Nacional de História Cultural, sediado pela PUC-RS, e de dois em dois anos, estes Simpósios aconteceram. Note-se que, em 2006, aconteceu em Florianópolis, na UFSC, o III Simpósio Nacional de História Cultural, que teve como tema central “Imagens na História”. Na frente da organização, além da Profa. Sandra Pesavento, estava a Profa. Maria Bernardete Ramos Flores. Eu estava no apoio deste evento.

18 Sobre esta informação consultar os sites da Associação. Disponível em: https://www.anpuh-rs.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=431. Acesso em 08 jul. 2020.

19 Verificar no Regimento Interno da ANPUH o capítulo III que trata da formação de grupos de trabalho. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/regimento-interno>. Acesso em 08 jul. 2020.

20 Ver ANPUH – Associação Nacional de História. GT História Cultural, s./d. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/grupos-de-trabalho/atividades/item/2717-gt-de-historia-cultural>. Acesso em: 08 jul. 2020.

8 Solidariedades de gênero

Dentro do feminismo existe a noção, um tanto romantizada, de “solidariedade de gênero”. O feminismo de segunda onda trouxe esta discussão ao público. A “sororidade” era um dos grandes princípios. Esta noção pretendia substituir a ideia de que as mulheres não podiam ser amigas umas das outras, porque disputavam, todo o tempo, a atenção dos homens. Amizades verdadeiras somente seriam possíveis entre os homens. Foi por isso que a “sororidade” foi questão central na constituição das redes de grupos de consciência (PINTO, 2003; MITCHELL, 1977; PEDRO, 2008). Acreditava-se que era através destas redes que se faria uma revolução cultural – uma revolução feminista. Esta expectativa de criação de uma rede de grupos de consciência, que se espalharia pelo mundo, infelizmente não se concretizou, mas a possibilidade de amizade entre mulheres, não é mais questionada. Mesmo na atualidade, em plena Quarta Onda (HOLLANDA, 2018, p. 11; MATOS, 2010, p. 68) do feminismo, a ideia de “sororidade” ainda persiste, em palavras de ordem como: “Uma sobe e puxa a outra” ou “Empodere duas mulheres”. Ou seja, quando uma mulher consegue vencer as barreiras de gênero que a impedem de subir na carreira, na vida, no amor, enfim, nas várias atividades, deve ser solidária e ajudar outras mulheres. Devo destacar que Sandra não costumava se identificar como feminista, nem como especialista em História das Mulheres. Entretanto, publicou livros cuja temática principal eram mulheres, como é o caso do livro *Os sete pecados da capital* (2008), no qual narra a trajetória de mulheres comuns, envolvidas em pequenos e grandes crimes, registrados pelo aparato jurídico e policial de Porto Alegre no século XIX.

Mesmo não se identificando como feminista, Sandra foi muito importante na trajetória profissional de muitas mulheres e de alguns homens. Eu fui uma destas pessoas. Passo, agora, para encerrar este texto, a relatar as ocasiões em que obtive ajuda de Sandra Pesavento.

Meu contato com Sandra começou quando recriei, em 1986, a seção Estadual da ANPUH, coordenando o I Encontro Estadual de História de Santa Catarina. Fui a primeira diretora desta seção, nesta fase de recriação. Por sugestão de colegas, Sandra foi convidada a fazer uma das conferências. Nesta época, ela fazia parte da comissão de divulgação da ANPUH-RS e do conselho Consultivo da ANPUH-Brasil.

Lembro-me da conferência na qual tratou da “invenção da tradição gaúcha”, com base nas discussões de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997). As pessoas que participaram ficaram muito impressionadas com ela, eu também. Como já informei neste texto, ela tinha um ótimo desempenho em palestras. Sabia se comunicar com a plateia. Trazia simplicidade, profundidade e até alguns toques de humor.

Neste mesmo ano, Sandra telefonou-me perguntando se eu não que-

ria publicar um livro sobre escravidão em Santa Catarina. Ela estava colaborando com a Editora Mercado Aberto, de Porto Alegre e, diante da proximidade do centenário da abolição da escravidão, pretendia publicar livros sobre esta questão. Lembro que, na época, chamei o nosso grupo de estudos²¹ e várias pessoas aceitaram participar. Enviamos um projeto ao CNPq, ganhamos recursos para a pesquisa e três bolsas de iniciação científica. Publicamos, em 1988, o livro *Negro em Terra de Branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*, pela Editora Mercado Aberto, de Porto Alegre. A autoria do livro ficou assim: Joana Maria Pedro, Ligia de Oliveira Czesnat, Luiz Felipe Falcão, Orivalda de Lima e Silva, Paulino Francisco de Jesus Cardoso, Rosângela Miranda Cherem. Esta era a equipe do projeto. Lembro que, em 1988, eu estava começando meu doutorado na USP – Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Maria Odila Leite da Silva Dias.

Encontrei-me, também, com Sandra Jatahy Pesavento em diferentes eventos: Simpósio Nacional da ANPUH, encontros da LASA – Latin American Studies Association, da BRASA – Brazilian Studies Association em Washington, quando ela foi nossa cicerone, pois conhecia a cidade melhor que nós, e, principalmente, na década de 90, após a minha defesa de doutorado. Ela se tornou nossa amiga e nos enviava divulgação de eventos. Eu a convidei para bancas de mestrado e doutorado, e ela também me convidou. Ela esteve na banca de meu concurso para titular, em 1993.

Creio, entretanto, que a principal ajuda que ela me ofereceu foi quando indicou meu nome para participar do XIX^o Colloque de l'Institut de Recherches sur les Civilisations de l'Occident Moderne, entre 16 e 17 de fevereiro de 1996, na Sorbonne. Imaginem a minha surpresa quando recebi uma carta da Profa. Kátia de Queirós Mattoso²², convidando-me a participar do evento. Carta essa escrita em francês. Kátia não me conhecia, meu nome fora indicado por Sandra, pois o evento tinha como subtítulo: *Les Femmes dans la ville: un dialogue franco-Brésilien*.

Nesta época, minha compreensão da língua francesa era rudimentar. A participação no evento exigiu, de mim, uma grande dedicação. Apresentei os resultados de uma pesquisa que eu estava realizando sobre infanticídio. Conteí com a ajuda de Sandra na tradução. Este texto foi, posteriormente, publicado em livro (PEDRO, 1997, p. 91-108). Realmente, este evento me abriu portas, redes e contatos.

21 Na UFSC, tínhamos um grupo de estudos que se reunia uma vez por semana para estudar autores clássicos como Karl Marx, Antônio Gramsci, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Edward Palmer Thompson, Michel Foucault e Friedrich Nietzsche. Participavam deste grupo vários/as professores e professoras da UFSC e estudantes de graduação em História e em Economia.

22 Kátia de Queirós Mattoso era, desde 1988, a titular da cadeira de História do Brasil na Universidade Paris IV – Paris-Sorbonne.

O que Sandra fez, nestas duas ocasiões, foi aquilo que a sororidade feminista defende. Quando uma mulher sobe, puxa as outras. Ela me puxou!! Depois de 1996 continuamos trocando ideias, bancas, e, como disse anteriormente, fiz parte da equipe que organizou, em Florianópolis, o III Simpósio Nacional de História Cultural. Não fiz parte do GT de História Cultural, porque eu estava mais interessada na criação do GT de Estudos de Gênero. Estas oportunidades que Sandra abriu-me, eu as aproveitei. E sou muito grata. Hoje, posso dizer uma das frases do feminismo de quarta onda: “SOU, porque somos”. Sandra, como muitas outras pessoas, ajudaram-me a ser o que SOU. SOU, porque somos.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, Sonia Montecino (comp.). **Mujeres chilenas**. Fragmentos de una historia. Santiago de Chile: Catalonia, 2008.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). **Diretoria e Conselho (RS)**. [19--] Disponível em: https://www.anpuh-rs.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=431. Acesso em: 08 jul. 2020.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). **GT História Cultural**. [19--]. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/grupos-de-trabalho/atividades/item/2717-gt-de-historia-cultural>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). Regimento Interno. [19--]. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/regimento-interno>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- BARRANCOS, Dora. **Mujeres en la sociedad argentina: una historia de cinco siglos**. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.
- BLAY, Eva; CONCEIÇÃO, Rosana R. A mulher como tema nas disciplinas da USP. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 76, p. 50-56, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. **Capital Cultural, Escuela y Espacio Social**. México: Siglo Veintiuno, 1997.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre (France, Allemagne, Bolivie, Argentine, Deuxième Guerre mondiale/années 1970-1980). **Annales de Bretagne et des Pays de L'Ouest**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, n. 2, p. 103-128, 2001.
- CARROLL, Bernice. Scholarship and Action: CCWHP and the Movement(s). **Journal of Women's History**, v. 6, n. 3, p. 79-96, 1994 *apud* Coordinating Council for Women in History. History. Disponível em: <https://theccwh.org/about-the-ccwh/history> Acesso em: 09 jul. 2020.

- DIDIER, Béatrice; FOUQUE, Antoinette; CALLE-GRUBER, Mireille (org.). **Le dictionnaire universel des créatrices**. Paris: Maison d'Édition Des femmes, 2013.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. Mulheres em guarda contra a repressão. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011, p. 233-254.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Ed. Afrontamento & Ebradil, 1993. 5 volumes.
- FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina. **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- FREITAS, Ademar Vargas de. Sandra Pesavento e a Nova História Cultural. **Jornal da Universidade**, n. 85, mar. 2006, p. 15. Disponível em: https://issuu.com/jornaldauniversidade/docs/ju_85_-_mar__o_2006. Acesso em: 08 jul. 2020.
- GRANSOTTO, Luciana. **Mulheres intelectuais**. Texto apresentado na disciplina: História Global e Estudos de Gênero: Feminismo e democracia. Programa de Pós-Graduação em História, 2018. p. 01-06. Trabalho não publicado.
- HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100012/10991>. Acesso em: 08 jul 2020.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- LIBLIK, Carmem Silvia da Fonseca Kummer. **Uma História toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)**. 2017. 330f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, 2017.
- LOZANO, Fernanda Gil; PITA, Valeria Silvina; INI, María Gabriela (dir.). **Historia de las mujeres en la Argentina**. Buenos Aires: Taurus, 2000. Tomo II (Siglo XX).
- MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

- MELLO, Soraia Carolina de. *Feminismos de Segunda Onda no Cone Sul problematizando o trabalho doméstico (1970-1989)*. 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- MITCHELL, Juliet. **La condición de la mujer**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1977.
- MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. **Conversa com Historiadores Brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- MORANT, Isabel (dir.). **Historia de las mujeres en España y América Latina: Del siglo XX a los umbrales del XXI**. v. 4. Madrid: Cátedra, 2006.
- PECHANASKY, Clara; TIMM, Liana. A criação da viagem: bagagem para um bom roteiro. In: PECHANASKY, Clara; TIMM, Liana (org.). **Artistas da vida ano 1**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2000, p. 90-110.
- PEDRO, Joana Maria. Avortements, infanticide, abandon d'infants - Contrôle public du corps des femmes à Florianópolis (XIXe – XXe Siècles). In: MATOSO, Katia de Queiros; SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis (org.). **Les Femmes dans la ville – un dialogue franco-brésilien**. Paris: Press de L'Université de Paris-Sorbonne, 1997, v. 21, p. 91-108.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011.
- PEDRO, Joana Maria. Uma nova imagem de si: identidades em construção. In: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Imagens na história**. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 415-429.
- PEDRO, Joana Maria; CZESNAT, Ligia de Oliveira; FALCÃO, Luís Felipe; SILVA, Orivalda Lima e; CARDOSO, Paulino Jesus Francisco; CHEREM, Rosângela de Miranda. **Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História [online]**, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So101-90742005000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 jul. 2020.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.
- PERROT, Michelle. **Une histoires de femmes est-elle possible?**. Marseille: Rivages. 1984.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha: dominação, do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os industriais da República**. Porto Alegre: IEL - Instituto Estadual do Livro, 1991. v. 1.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. Porto Alegre: HUCITEC, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República Velha Gaúcha**: charqueadas, frigoríficos e criadores. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PRIORE, Mary del (org.); BASSANEZI, Carla (coord.). **História das mulheres no Brasil**. Contexto, 1997.
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-91.
- RIBEIRO, Célia. Maneiras Modernas. **Jornal Zero Hora**, 2002.
- ROIZ, Diogo da Silva. **Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino**: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Curitiba: Appris, 2012.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o Encardido o Branco e o Branquíssimo**: Branquitude Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo. São Paulo: Anablume, 2014.
- SILVA, Janine Gomes. PESAVENTO, Sandra Jatahy. In: DIDIER, Béatrice; FOUQUE, Antoinette; CALLE-GRUBER, Mireille (org.). **Le dictionnaire universel des créatrices**. Paris: Des femmes, 2013, v. 3, p. 3419.
- SIMONTON, Deborah (ed.). **The Routledge History of women in Europe since 1700**. United Kingdom: Routledge, 2006.
- SMITH, Bonnie G. **Gênero e História**: homens, mulheres e a prática histórica. São Paulo: EDUSC, 2003.
- THÉBAUD, Françoise. Políticas de gênero nas Ciências Humanas. O exemplo da disciplina histórica na França. **Revista Espaço Plural**, ano X, n. 21, p. 33-42, 2º sem. 2009.

Recebido em 20/01/2020

Aprovado em 12/11/2020